

# O que É a Guerra. A Falácia do Conceito de Guerra Híbrida — Breve Excurso

António Horta Fernandes

*Docente do Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (UNL) e Investigador do Instituto Português de Relações Internacionais da UNL. Estrategista e Polemologista.*

## Resumo

Com o presente artigo pretende-se equacionar a validade do sintagma conceptual *guerra híbrida* e com ele também a validade do sintagma paralelo *ameaça híbrida*. Ambos os sintagmas conceptuais parecem padecer de uma enorme debilidade teórica, levantando mais aporias do que aquelas que pretendem resolver, sejam numa versão estrita, no campo militar, seja numa versão mais ampla em termos estratégicos. Na prática, a *guerra híbrida* pretende recobrir o espaço da guerra subversiva ou insurreccional, embora com muito mais limitações e insuficiência para dar conta da complexidade do fenómeno subversivo ou insurreccional.

**Palavras-chave:** Guerra Híbrida; Ameaça Híbrida; Guerra Subversiva; Guerra Absoluta; Estratégia.

## Abstract

***What is War? The Fallacy of the Hybrid War Concept – An Approach***

*This article intends to equate the validity of the concept of hybrid war and with it also the validity of the parallel concept of hybrid threat. Both concepts seem to suffer from a enormous theoretical weakness, raising more aporias than those they intend to resolve, whether in a strict version, in the military field, or in a broader version in strategic terms. In practice, hybrid warfare intends to cover the space of subversive or insurrectionary warfare, although with much more limitations and insufficiency to account for the complexity of the subversive or insurrectional phenomenon.*

**Keywords:** *Hybrid War; Hybrid Threat; Subversive War; Absolute War; Strategy*

Artigo recebido: 01.10.2021

Aprovado: 06.10.2021

<https://doi.org/10.47906/ND2021.160.06>

Nos tempos que correm proliferam conceitos vários nas áreas dos estudos estratégicos, da polemologia, dos estudos de segurança, nem sempre apresentando um respaldo teórico substantivo, ou sendo simplesmente redundantes, porque cobertos pela conceptualização e a terminologia existente. É precisamente o caso dos sintagmas conceptuais *guerra híbrida* e *ameaça híbrida*<sup>1</sup>.

## Da Guerra

Começemos então por apresentar uma definição de guerra baseada na definição canónica no seio da escola portuguesa de estratégia, aquela formulada pelo general Abel Cabral Couto.

Assim, poderemos definir guerra como *violência (enquanto luta enquadrada e generalizada, duelo em escala) entre conjuntos políticos (ou conjuntos politizados de fundamentação político-sacral), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim nos limites (de preferência exteriores) da política (ou fins políticos em grande parte, mas não na totalidade, a partir da modernidade), a qual, em qualquer dos casos, se serve desse fim, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos.*

Já a definição original do general Abel Cabral Couto reza do seguinte modo: “violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos”<sup>2</sup>.

Observemos antes de mais as diferenças. Desde logo, abandonámos a ideia de *violência organizada* porque, embora parte do esforço neguentrópico, sem dúvida, não parece fazer justiça à caótica bélica, ultimamente indómita em termos político-estratégicos. Frisar a importância dessa face indómita é pôr o acento tónico na guerra absoluta, decisiva para a compreensão ontológica, antropológica e fenomenológica da ação bélica. Por essa razão, não se nos afigura coerente a manutenção da ideia de violência organizada como fator discriminante em termos definitórios. A expressão *duelo em escala* transmite isso mesmo. A possibilidade sempre à espreita de ascensão aos extremos, por obra da radicalização acumulativa das condições de

---

1 O delírio e o despautério conceptuais atingidos através da proliferação terminológica, ora redundante, ora de escasso nexos pode observar-se em (Dourado, Leite e Nobre, 2020). Infelizmente, os autores tomam por bom todo este razoado pouco razoável.

2 A definição de estratégia da autoria do general Abel Cabral Couto foi originalmente publicada por este em *Elementos de Estratégia* (Couto, 1988: 148).

guerra, designadamente das condições de combate – embora, em tese, a ascensão aos extremos possa emergir de forma súbita –, espicaçados os oponentes pela própria dinâmica bélica, em função da sua gramática específica.

Todavia, como nem toda a fenomenologia da guerra se compraz na guerra absoluta, nem a guerra absoluta talvez sobrace por inteiro o núcleo geral da guerra, embora diga respeito ao seu núcleo íntimo, ao imo configurador da natureza e da “essência” última do fenómeno, não é possível escamotear que a guerra tem uma dimensão organizativa. A guerra é enquadrada politicamente; é, ademais, enquadrada no terreno e tentativamente controlada também aí. Porém a ideia de enquadramento é semanticamente menos forte do que a ideia de organização enquanto denominador intrínseco e axial, porquanto conflitua com a inescusável e paradigmática caótica bélica inerente à guerra absoluta. No fundo, embora o fazer a guerra tenha – e não poderia deixar de ter – uma dimensão organizada, o seu cerne é o oposto entrópico dessa mesma dimensão. Por fim, a ideia de enquadramento visa também assegurar que uns tantos que, à discrição, quando não à vara larga, porque sim, digam agir em nome de um ator político contra outro, mas sem qualquer auto-riedade de direito ou de facto, possam ser considerados atores bélicos.

No concernente ao significado de *violência generalizada* importa sobretudo atender à guerra quente. Para a guerra em geral, digamos assim, apenas se pode falar de guerra se o ator estiver envolvido como tal, genericamente. O mesmo é dizer se o envolvimento estiver disseminado pelo ator, escorrendo pelo ator, ainda que este só ative determinadas valências estratégicas e concomitantes modalidades de guerra. Uns tantos que possam ter umas escaramuças fronteiriças ditas em nome do ator político, ou até com a indiferença consentida deste não chega para afirmar a condição de guerra. Porém, na guerra quente o critério de violência generalizada é importante face à sofisticação que foram tomando as intervenções, como aquela da Rússia na Ucrânia nos últimos anos. Agitar ou armar fações rebeldes dentro do adversário com quem se conflitua isso ainda é guerra fria, na variante de intervenção aberta, como consabido. No limite seria, se quisermos, uma forma de guerra por procuração. Porém, quando intervêm, se é que intervieram, no caso russo-ucraniano, internamente forças do ator externo oponente, disfarçadas de rebeldes internos, isso poderia equivaler a guerra quente, não fosse a necessidade de que esse confronto para ser aberto, confronto militar, fosse generalizável, assumido como um confronto militar enquanto tal – independentemente de ser anunciado e badalado ao mundo –, envolvendo o todo do ator, logo disseminado por esse ator, impregnando o corpo constitutivo desse ator, a sua massa crítica decisional.

Em relação à questão dos limites exteriores da política e dos conjuntos políticos sacrais, essa problemática foi motivo de tratamento circunstanciado noutro lugar, limitando-nos agora a referir estarem em causa três aspetos: em primeiro lugar, referenciar que apenas a partir da Idade Moderna, em função da dissociação fatorial,

a política adquire verdadeira autonomia relativa; em segundo lugar, não obstante se tratar de atores políticos ou políticos-sacrais, em ambas as situações, a guerra é sempre acionada e dirigida por esses atores, com vista a alcançar determinados objetivos ou fins de que se servem politicamente; em terceiro lugar, esses objetivos ou fins alcançados pela guerra, através da guerra, enquanto objetivos ou fins bélicos são exteriores à natureza da política até à Idade Moderna. Servem como aparelho ortopédico, corretor dos desvios que se julga ameaçarem as comunidades políticas e a própria política em si, mas não fazem parte *de jure* da política. Começando a ser integrados nela, por via soberana, justamente a partir da Idade Moderna. Nunca de forma cabal e plena se pensarmos que a guerra transborda ultimamente sempre do controlo político por causa desse núcleo íntimo contumaz, a guerra absoluta; núcleo íntimo esse que dá corpo à especificidade do fenómeno guerra.

Estas são então as diferenças para com a definição há muito apresentada por Abel Cabral Couto. No resto, a definição por nós proposta segue no essencial o conteúdo definitório por ele apresentado, até porque o estrategista português, refundador da escola estratégica portuguesa, não estava necessariamente preocupado com o enquadramento histórico. Assim sendo, e em rigor, a diferença maior diz respeito à guerra absoluta.

Ora, naquilo em que as duas definições são praticamente siamesas o que é que se pode auscultar? Desde logo nenhuma delas cinge a guerra à luta armada, de modo a incluir (ou a poder incluir) outras formas de coação bem reais, como sejam a económica, a psicológica, a diplomática, a ideológica, a cultural, a comunicacional, a digital (ciberguerra), etc. De salientar ainda que estas modalidades de guerra não esgotam as formas de ação estratégica, porquanto a conflitualidade hostil entre atores políticos se bem tenha o seu valor de utilidade marginal na guerra, permite ainda outras formas de pressão por baixo da mesa, por assim dizer, para além de toda a competição regrada, já no âmbito da animoaversão e da punção hostil, embora sem atingir o patamar técnico da guerra fria. É o caso da pressão sobre aliados ou neutros, de algumas operações de apoio à paz, das estratégias inversas e de ações estratégicas no âmbito da guerra subversiva, quando se trata, a título de exemplo, de acolher mas ainda motivados pelo jogo da astúcia. Por outro lado, em termos históricos, todas as manifestações bélicas não armadas já têm, pelo menos, 70 anos, com prolegómenos mais antigos. A ideia de guerra total, teorizada por Léon Daudet, em 1918, em teoria, que não na prática, já as previa<sup>3</sup>. Mas há prolegómenos ainda mais remotos. Segundo o historiador Jean-Ives Guimar, as origens da

---

3 Daudet define a guerra total como a “extensão da luta nas fases mais agudas e crónicas aos domínios político, económico, comercial, industrial, intelectual, jurídico e financeiro. Não são só os exércitos que se batem, são as tradições, costumes, códigos, espíritos e sobretudo os bancos” (Daudet, 1918: 8).

guerra total remontam às guerras levadas a cabo pela França revolucionária, sendo a Guerra da Vendeia uma das suas manifestações por excelência, muito antes de o conceito propriamente dito ter nascido, embora o historiador francês reconheça que essa mesma guerra total não se plasma na íntegra senão no século XX (Guiomar, 2004: 25, 102-105 e 120). Não por acaso o bloqueio continental napoleónico mais do que um instrumento de guerra económica *tout court*, é antes um instrumento ao serviço da guerra, por falta de racionais que ensimesmem um tal instrumento como uma ação de guerra *simpliciter*. O mesmo vale para as manobras diplomáticas hostis, muito mais arcaicas.

Já a referência à luta armada como uma possibilidade no mínimo potencial não pretende significar que se trata de uma modalidade de luta conceptualmente superior às restantes, o que as transformaria de imediato em formas de infra-guerra, transtornando por completo as definições apresentadas, antes quer assinalar ser a luta armada aquela que mais se presta ao desencadear da violência sem quartel, ao incêndio geral provocado pela propagação da violência, à caótica derradeira (guerra absoluta), a qual, como dissemos, estabelece o preço do fenómeno bélico e permite-lhe adquirir singularidade.

Ser a guerra *dirigida contra as fontes de poder do adversário* significa que ela não se reduz de modo algum aos combates e ao campo de batalha, podendo espriar-se até aos mais apertados recessos das bases materiais ou imateriais do adversário. Tudo isto levado a cabo de forma congregada, ou a solo, ou ainda arrastado pelo próprio evoluer bélico. Isto é, seja qual for a razão ou o motivo por detrás, todas estas modalidades de guerra podem operar conjuntamente, à vez, singularmente, ou apresentar-se de maneira mesclada ou até só sincrética, numa grande misturada, consoante o controlo político e estratégico seja maior ou mais deficitário, o plano seja mais ou menos flexível e adaptado à aprendizagem em situação, seja antifrágil, aproveitando a própria ambiguidade em seu favor.

Em último lugar, o *jogo contínuo de probabilidades e acasos* remete para o carácter assistémico, não-linear, complexo, ambíguo, mutável, imprevisível, imponderável de raiz da guerra. No fundo, a fricção e o atrito tão caros a Clausewitz<sup>4</sup>, a que podemos juntar a própria caótica bélica como outra fonte de indeterminação, se não a fonte primeira. Porque a guerra é ela própria, no fundo de si mesma, esse caos que gera, e nesse sentido fonte de fricção e de atrito, e conseqüente imprevisibilidade, por

---

4 A mero título de exemplo: “tudo na guerra é simples, mas a coisa mais simples é difícil. Estas dificuldades acumulam-se e provocam uma fricção que é inconcebível, a não ser para alguém que tenha tido experiência da guerra” (Clausewitz, 1986: Livro I, cap.VII, 119). Trata-se de um pequeno capítulo por inteiro dedicado à fricção. Porém, a fricção e o atrito aparecem esparzidas por todo o *Da Guerra*, nomeadamente nos Livros VI e VII, relativos à defesa e ao ataque, assim como noutras obras suas.

certo de uma forma distinta, porquanto a imprevisibilidade é fruto, não da volatilidade direta, mas da sucessiva decomposição de plexos de sentido, da degradação e desagregação de horizontes possíveis, inerente à violência absoluta, caótica abissal, radical, precisamente por ser dessa maneira. A caótica gerada pela guerra absoluta enquanto motor (de corrosão) da guerra não só munícia e incrementa o atrito e a fricção próprios do choque continuado, por si criador de entropia e consequente imprevisibilidade, como, afinal de contas, é o fermento desse atrito. Aliás, a indeterminação, no sentido técnico do desgaste, da fricção, da furtividade intrínseca à alteridade do outro, que se não verga aos nossos projetos, enquanto exterioridade radical, por isso se lhe move guerra (Levinas, 1988: 201-202), implica, ao contrário do pressuposto tácito subjacente ao conceito de guerra híbrida, que a guerra não é mais imprevisível hoje que no tempo de Clausewitz ou na Idade Média. Contudo, mesmo admitindo que o fosse, a diferença não seria de grau, nem de género, muito menos de espécie, tão-só de matiz. Isto *se o fosse*, porque a guerra é suficientemente camaleónica para que cada guerra concreta, com independência da época, se transforme inesperadamente num conflito muito mais complexo do que à partida esperaríamos.

### **Da Guerra Absoluta**

Convém ainda antes de avançarmos focar a nossa atenção na guerra absoluta, até porque o conceito de guerra híbrida tende, implicitamente, a remeter para essa caótica como se fosse uma coisa nova, uma guerra fora dos parâmetros. E o que é afinal uma guerra dentro dos parâmetros? Na prática, um ideal-tipo oitocentista e da segunda metade de Setecentos, escorado na guerra convencional como confronto entre exércitos regulares, enquadrados como tais, sob pertença de atores estaduais, digladiando-se de acordo com regras de manobra, atrito e empenhamento em função da batalha, dos cercos, e mais tarde, da sequência de batalhas. Contudo, não só a guerra nunca foi exclusivamente travada dessa forma, bastante recente na história enquanto suposto cânone, como a própria guerra convencional pode muito bem escalar os extremos, como se verificou na frente oriental durante a Segunda Guerra Mundial. Provavelmente, um dos momentos mais acabados e duradouros de materialização franca de guerra absoluta até hoje. Assim sendo, é da máxima pertinência apresentar de forma clara o significado de guerra absoluta.

A guerra absoluta pode ser observada de três ângulos e um corolário. Todavia, importa frisar, é sempre só uma e a mesma guerra, nem sequer é uma guerra à parte; isto é, a ascensão aos extremos não configura uma tipologia de guerra própria, num conjunto de tipologias de guerra, dentro de um espectro de guerras possíveis.

Num primeiro ângulo, a guerra absoluta traduz a essência incondicional de qualquer guerra, o núcleo íntimo de pura violência que se alimenta tão-só dessa violência, o qual faz a guerra ser guerra, um fenômeno específico. Por isso está presente em qualquer guerra, como se pode ver logo que a guerra gera os seus próprios objetivos, não necessariamente coincidentes com os das forças políticas que a acionaram. É conveniente acrescentar que, em termos epistemológicos, a essência não precede a existência, não se trata de um conceito formal, teórico a necessitar de materialização numa classe específica (a ascensão aos extremos) para lhe dar vida, nem é um em si hegeliano em objetivação. A guerra absoluta não é independente daquilo que as guerras vão sendo, na sua diversidade histórica; inversamente todas as guerras são modos da guerra absoluta.

Num segundo ângulo, vale a pena salientar ser esse núcleo irredento, indómito a todo o tratamento político-estratégico – mas não à inclinação primeva do homem para o bem e à responsabilidade visceral e imemorial para com o outro –, aquele que dá forma à guerra enquanto pura destrutividade violenta, caótica abissal, naturalmente tende a libertar-se por completo se não for minimamente controlado; sabendo-se de antemão nunca o controlo poder ser total porque a violência precisamente por ser violência, pontuar no para além das regras, tende por si a alforriar-se, anestesiando e empurrando os homens na sua voragem. Ora, a libertação desse núcleo díscolo e insubornável correspondente à guerra absoluta acontece amiúde espasmodicamente, de forma sincopada numa miríade de ocasiões de pequena ou média escala (em especial no combate), acabando a maior parte das manifestações por nunca ser documentada. Se quisermos, podemos chamar a isso uma ascensão aos extremos avulsa, abreviada, para dizê-lo de algum modo.

Permita-se-nos um parêntesis adicional para realçar que falar em uma putativa violência bélica totalmente controlável é um oximoro, significaria um trivial e domesticado estar ao dispor, quando precisamente se recorre a ela como ferramenta de rotura, instrumento extremo, inapelável porque a situação deixa de estar sob controlo, o apaziguamento ou o entendimento já não são possíveis, o outro não se verga aos meus mais ponderosos planos, enfim, o comércio normal dos homens rompe-se. A violência que não comporte no seu âmago nada de ultimamente irascível não é o que é suposto ser e o mal moral há muito teria sido eliminado da convivência humana.

Atenda-se a que estes dois ângulos são muito importantes, pois é a partir deles que se coze paulatinamente o barro da guerra absoluta, na radicalização acumulativa das condições de guerra, nomeadamente das condições de combate, embora, em tese, a ascensão aos extremos possa ser súbita, como já se frisou. Quando existe na guerra subversiva guerra absoluta, ela também ocorre fruto da colusão destes dois ângulos. Todavia, na guerra subversiva essa absolutização acontece sobretudo por modos “suaves” e não fruto de uma progressiva radicalização grosseira do estilo

direto do uso da força. No limite, apresentando a ascensão aos extremos também uma fachada “suave” a qual, quando prodigalizada duradouramente, é provável que perca mesmo essa fachada menos agreste.

O terceiro ângulo refere-se à ascensão aos extremos propriamente dita, quando esse núcleo se liberta por completo em extensão e de forma prolongada, alforriando-se *no essencial* do controlo político e estratégico e invertendo não a pirâmide estratégica, como acontece com a guerra total, mas a própria relação entre política e guerra, passando os objetivos bélicos *per se*, porque tendentes a assenhorearem-se do terreno, a dominar ou pelo menos a contaminar em muito os objetivos políticos e a pôr à ilharga os objetivos estratégicos numa determinada guerra. A frente oriental, na Segunda Guerra Mundial, atrás mencionada, seria disso um bom exemplo. É a ascensão aos extremos que mostra em toda sua pungência e de forma ostensiva o *des-sentido* de extermínio, aniquilação, nadificação, devastação que configura da guerra absoluta, e com ela a guerra enquanto tal.

Apesar de tudo, convém ao leitor estar familiarizado com um corolário adversativo. A ascensão aos extremos não significa que a guerra absoluta se apodere em definitivo e necessariamente de uma determinada guerra no seu todo, dos objetivos políticos que a pretendem controlar, e o fazem sempre de forma insuficiente, e menos ainda que se alcandore a espriar-se sobre as nações provocando um estado de guerra contínuo determinado por ela, guerra absoluta. Provavelmente, a primacial inclinação do homem para o bem, a inapagável intimação à diaconia, que se manifesta na guerra desde logo pelo potencial amável, dificultam a apropriação completa da vida comum pela guerra, o seu exercício soberano sobre o espaço-tempo. Mas nunca fiando, dados os mecanismos de destruição rápida à disposição do homem e a hùbris entretanto criada, conjugada com o halo que de antanho vem cercando a vontade, uma resposta atempada do contraponto personalista, do humanismo do outro homem, da teonomia em nós pode ficar bloqueada. Em concreto, praticamente ninguém rejeitará ter sido a guerra na frente oriental, na Segunda Guerra Mundial, uma guerra absoluta ou quase no seu conjunto, com uma ascensão aos extremos continuada e disseminada, e, no entanto, também ninguém nega a sua relevância para os objetivos, perfeitamente definidos, propostos pelos aliados de circunstância com vista à derrota da Alemanha nazi. Inclusive é possível falar da relevância estratégica dessa guerra, no sentido de uma ética do conflito, mesmo focando pontos tão brutais quanto o foi Estalinegrado, isso sim fazendo jus a uma *kenosis* ética e conjuntamente a uma ética do inexpressável para a guerra – aquela proposta por Nil Santiáñez, baseado em Wittgenstein –, daquilo que não pode ser dito nem justificado apenas mostrado, vivido ou praticado; em que à compreensão ética da realidade talvez seja inescusável a figuração do silêncio em si mesmo (Santiáñez, 2018). Por outro lado, é manifesto que a procura de rendição incondicional a todo o custo, o esmagamento ou o extermínio mútuo dos adversários sinaliza o

grau extremo de contaminação da política pela guerra; de como a guerra vai de si e marca os atores, para os quais o pôr fim ao conflito não pode acontecer senão quando alcançados uns ganhos tais que supostamente só assim justificariam os sacrifícios até então suportados (Stevenson, 2005: 598), e/ou se executam uns tais castigos exemplares que dissuadam finalmente a resistência, como terá acontecido na Flandres sob a autoridade do duque de Alba (Kamen, 2017: 227-233). A estratégia serviria então de paradoxal quinta-coluna em ordem à paz, ao emboscar a guerra dentro da guerra, fazendo, a título de exemplo, da inaudita resistência soviética em Estalinegrado um acto de prudência estratégica, de prudência para além de toda a prudência, em forma de tragédia.

### Da Guerra Híbrida e das Ameaças Híbridas

Face a tudo isto, matéria consabida, ou não levantando aporias de maior na sua estrutura ou encadeamento, o que traz em acrescento o sintagma conceptual *guerra híbrida*, e o seu corolário referente às ameaças híbridas?

Parece manifesto que falar em guerra híbrida pressupõe uma interiorização *inacabada* de que guerra e estratégia não se resumem à luta armada nem à estratégia militar ou, ao menos, não são essas facetas aquelas a definir tanto o fenómeno guerra quanto o saber estratégico, e o resto acrescentos ou adornos, ou enxertias tomar numa certa exterioridade em relação ao cerne da problemática. Por exemplo, a guerra económica ou a estratégica económica não são aplicações mais ou menos impregnadas do “ser” da guerra. Não são como bolachas apenas barradas de chocolate, mas não moldadas em cacau. É provável que não seja por acaso ter o conceito de guerra híbrida nascido nos meios anglo-americanos, justamente o espaço onde tem custado mais a interiorizar a revolução coperniciana da estratégia e da guerra; uma verdadeira revolução heliocêntrica, tendo, entretanto, adquirido ramificações einsteinianas e quânticas muito avançadas, valha a analogia, teimando o mundo anglo-saxónico, a mais das vezes antes na teoria que na prática, no registo ptolomaico. O problema reside, em última instância, na literatura anglo-americana sobrepor em demasia guerra e estratégia, através do vetor militar operacional. Lido este último, por sua vez, e em grande medida, pelas suas pautas de emprego na guerra convencional e pela ideia do combate, mormente o combate clássico, como razão de ser quase exclusiva para o emprego das forças armadas. Razão pela qual tudo que não for isso há-de parecer menos conforme, padecendo de hibridez.

Na verdade, se bem que certos autores anglo-americanos como Colin Gray, Beatrice Heuser ou Edward Luttwak sejam mais complexos – Liddell Hart é um caso à parte, e a antológica introdução de Poirier à edição francesa de *Strategy* demonstra-o (Poirier, 1998: 7-63) –, ainda que sem escapar na totalidade à primazia do

militar para efeitos de caracterização da estratégia, já o *mainstream*, o pensar e sentir médios sobre a estratégia no mundo anglo-saxónico pode ser ilustrado pela obra recente de Thomas Kane e David Lonsdale, *Understanding Contemporary Strategy*. Segundo os autores, “strategy is the process that converts military power into policy effect” (Kane e Lonsdale, 2012: 10). Todavia, como os autores parecem querer reconhecer outras dimensões operantes na estratégia contemporânea, tal é a sua evidência, definem a estratégia militar como o uso do poder militar em apoio da grande estratégia (*Idem*: 13). Grande estratégia essa que combina as atividades militares com outras formas de ação (*Idem*: 112). Porém, é igualmente certo que Kane e Lonsdale continuam a ver na grande estratégia o predomínio do militar, não sendo também totalmente claro se as outras formas de ação que se mesclam com a estratégia para produzir resultados estratégicos são estratégicas em sentido próprio, ou respondem a distintos empreendimentos e planos – dá ideia que o não são, até pela definição inicial de estratégia apresentada. O que levanta de imediato outra aporia: a de se considerar a estratégia como tarefa de planeamento evacuando o agonismo. É verdade que um manifesto – o termo é dos autores do mesmo – recente, publicado no *Journal of Strategic Studies*, da autoria de Isabel Duyvesteyn e James Worrall, é um pouco melhor<sup>5</sup>. Todavia, continua uma senda desafortunada e vácuca, ora redundante, ora serôdia, insistindo, em última análise, na primazia do vetor militar. Em suma, e mudando de registo analógico, uma coisa é circular de automóvel pela esquerda ou pela direita, embora esta analogia não se aplique aos Estados Unidos, ou medir o combustível em galões ou em litros, outra é haver automóveis, e caso os haja, o combustível estar ou não adaptado aos motores do nosso tempo.

Aparentemente, a primeira vez que o sintagma conceptual *guerra híbrida* apareceu terá sido numa tese de mestrado de William Nemeth, nos Estados Unidos, em 2002, a propósito da guerra na Chechénia (Andersson e Tardy, 2015: 2), na qual se diz que os chechenos, face à assimetria dos meios disponíveis, se socorrem de formas de combate não convencional, híbridas, nomeadamente táticas de guerrilha. Seja qual for a sua origem, e em inglês aparecem, por vezes, tanto a expressão *hybrid warfare* como a expressão *hybrid war*, aparentemente esta última com um campo semântico mais vasto, mas nem sempre, e sem haver um consenso absoluto, na atualidade tende a ler-se a guerra híbrida ora numa perspetiva restrita, ora numa perspetiva mais lata.

Na sua vertente restrita, o conceito de guerra híbrida foca-se no campo militar e no âmbito da estratégia militar operacional, invocando o uso de meios convencionais, guerra irregular e guerra eletrónica, inclusive terrorismo e criminalidade,

---

5 Para uma crítica a este manifesto, veja-se Fernandes (2021).

pasme-se<sup>6</sup>. Sendo que no conceito de guerra irregular – e irregular porquê? Onde está escrito o padrão legítimo do modo de fazer a guerra? – tanto entram as táticas, técnicas e procedimentos de guerrilha, como a guerra subversiva ou insurrecional, numa amálgama de patamares e escalões nada remuneradora. Não lhe escapam igualmente outras modalidades políticas e diplomáticas, bem como aquilo que se designa hoje por operações cinéticas – um eufemismo para o uso militar da força armada, incluindo operações especiais – à mistura com esforços subversivos, presumo, erroneamente que o *soft power*, quando não nos confundimos, e estamos mesmo na presença dele, não é uma modalidade de imposição. Na verdade, leves ou pesadas são ambos modos de imposição, projeção ostensiva e dinâmica de poder e, em caso de guerra, duas modalidades de coação bruta, uma com uma assinatura de estilo mais direta, outra com uma assinatura de estilo mais indireta.

A pergunta óbvia é o que o traz isto de novo, à parte as confusões de nível ou de escalão, não usado já durante a Segunda Guerra Mundial, durante a Guerra Fria e, em particular, no âmbito da guerra subversiva? Certamente podemos apontar a guerra eletrónica, porque essa é uma novidade técnica de relevo. Nada mais. Se quisermos, a conjugação de batalhas campais, raras até e pertencendo mais à ontologia da paz que propriamente à da guerra (Duby, 2005: 121 e ss.), com recontros, cercos, guerra guerreada – uma espécie de guerrilha ao tempo, tomando eristicamente por bom o ideal-tipo oitocentista da pequena guerra, porque a verdadeira guerra seria travada de outra maneira –, outras formas de guerra de desgaste e demais ações depredatórias, num mundo não uniformizado e não casernizado, sem regras bem codificadas de empenhamento, era o mais habitual na Idade Média (García Fitz, 2014). Assim, o conteúdo do novo conceito é redundante, não comporta nenhum valor acrescentado, nada traz que já não soubéssemos e não adianta rigorosamente o que quer que seja em relação às definições apresentadas de início. Pelo contrário, gera confusão adicional.

Num senso amplo, a melhor definição contextual de guerra híbrida por nós conhecida vem inscrita no documento intitulado *MCDC Countering Hybrid Warfare Project: understanding hybrid warfare*, de 2017, tendo como autores principais, Patrick Cullen e Eric Reichborn-Kjennerud, ambos investigadores do Instituto Norueguês de Assuntos Internacionais. O *Multinational Capability Development Campaign* (MCDC) é um projeto internacional visando encontrar soluções para melhorar as capacidades de intervenção no âmbito de operações multinacionais.

---

6 Frank Hoffman, nesta perspetiva restrita, afirma que a guerra híbrida incorpora “a range of different modes of warfare including conventional capabilities, irregular tactics and formations, terrorist acts including indiscriminate violence and coercion, and criminal disorder” (Hoffman, 2007: 29).

A definição – a expressão é nossa, porque os autores, dada a dificuldade de encontrar uma definição consensual, preferem designá-la por descrição – de guerra híbrida proposta pelos autores é a seguinte: “o uso sincronizado de múltiplos instrumentos de poder, confeccionados com vista a lidar com as vulnerabilidades específicas que atravessam todo o espectro das funções sociais, de modo a obter em efeitos sinérgicos”<sup>7</sup> (Cullen e Reichborn-Kjennerud, 2017: 8). A definição em inglês usa o verbo *to tailor*, quer dizer, refere-se a uma utilização que tem por detrás uma confeção específica, à medida, para o efeito. Na definição também não aparece nunca a palavra *conflito*, nem o vocábulo *guerra*, mas obviamente, é a guerra contexto da mesma.

Dir-se-á que a presente definição peca por excesso ao mencionar a sincronização, a sinergia, o talhar à medida, quando é comum nos contextos para os quais se aponta existir uma guerra híbrida surdir a referência ao carácter avulso do conflito, à escassa integração,<sup>8</sup> chegando a utilizar-se a expressão pleonástica *guerras do caos* (Telo e Pires, 2013: 98-104). Todavia, não nos parece um pecado grave, não só porque o documento situa a guerra híbrida num ambiente complexo, não-linear – embora a argumentação seja demasiado sistémica no seu afã neguentrópico, mesmo refletindo um sistema aberto, dada a assistemática radical da guerra – como, feita essa salvaguarda, a caótica não é de todo um separador de água a distinguir a suposta guerra híbrida de todas as restantes. Se não vejamos.

O general Abel Cabral Couto costumava argumentar, nas suas aulas, mas igualmente em diversas conferências, com uma bela metáfora extraída da música, ou não fosse ele um reconhecido melómano. Segundo ele, a Grande Guerra lança as primícias decisivas para a passagem de uma estratégia ainda aperrada em exclusivo à servidão militar, a estratégia como recital de um instrumento a solo, nas palavras do mestre, para uma estratégia em que o instrumento particular ainda é determinante, mas já envolvido por todo um conjunto de dimensões de apoio, mobilizadas entretanto, e que serão o embrião das futuras estratégias económica, diplomática – talvez esta seja, muito precocemente, a primeira a despontar, bastante antes da Guerra de 1914 –, ideológica, cultural, comunicacional, entre outras possíveis. É a estratégia como concerto para um determinado instrumento. A versão a que chegámos, como é sabido, é a da estratégia integral, onde se procura que os diversos naipes de instrumentos, as diversas estratégias gerais, promovam harmoniosamente a manobra conjunta. Trata-se da estratégia na sua versão sinfónica, no

---

7 No original reza assim a definição: “the synchronized use of multiple instruments of power tailored to specific vulnerabilities across the full spectrum of societal functions to achieve synergistic effects”.

8 Por exemplo (Kilcullen, 2009:5-7).

dizer de Abel Cabral Couto. É quase ocioso acrescentar que ao desenvolvimento dos diversos ramos da estratégia além do militar, correspondeu igual desenvolvimento de diversas modalidades de guerra para lá da luta armada.

Naturalmente que se na música se não deve colocar esta tríade em termos de progresso qualitativo, já na estratégia sim. Em qualquer caso, Abel Cabral Couto tem bem presente quão ideal pode ser a integração, pois na guerra nem sempre se pode proceder a essa integração harmoniosa. Aquilo que está em causa é que, com a aurora da estratégia integral, passa a ser sempre possível operar com variegadas modalidades de guerra e concomitantes ramos da estratégia, um, vários, todos simultaneamente. Mesmo se em cada caso e momento a composição possa ser fruste e tocada *ad hoc*. Esse é um problema que em muito resulta da própria (*des-*)natureza da guerra, valendo tanto para as supostas guerras híbridas como para quando a guerra era um instrumento a solo, apenas militar. A contingência e o acaso sempre reinaram ou, pelo menos, sempre estiveram bem presentes.

Mas afinal o que carrega a mais a definição apresentada de guerra híbrida, mesmo adicionando a menção direta a um ambiente entrópico, que não estivesse já contemplada nas definições iniciais expressas, de forma mais ampla e menos confusa? Rigorosamente nada.

Patrick Cullen e Eric Reichborn-Kjennerud escarpelizam a sua definição, a sua aproximação descritiva, nas palavras dos mesmos, como já afirmámos, com base em cinco pontos. Em primeiro lugar, referem empregar o conceito de guerra híbrida em vista de uma panóplia mais vasta de ferramentas e técnicas, militares, políticas, económicas, civis e informacionais não habitual nas avaliações de ameaça tradicionais (Cullen e Reichborn-Kjennerud, 2017: 10). Mas quais são essas avaliações tradicionais que se restringem à ameaça militar? Na escola francesa e na escola portuguesa de estratégia e polemologia as avaliações ditas não tradicionais já são tidas em conta há mais de 60 anos, no domínio da reflexão, mas também na esfera da ação, como é sabido com relação à Guerra Colonial, tecnicamente uma guerra subversiva. Mais, a consideração da dimensão civil, pensando nela como parte integrante de uma racionalidade social estratégica, dos objetivos específicos desenvolvidos por uma dada comunidade face à punção violenta excecional criada pela guerra, é algo que (em bom rigor) ocorre, ainda que no início de maneira balbuciante, desde que há estratégia enquanto campo onto-praxista, gerador de fins próprios não redutíveis aos fins políticos; desde o século XVIII (Fernandes, 2017: 216 e ss.).

Em segundo lugar, o conceito visa vulnerabilidades extensivas a todo o tecido social sobre as quais, aparentemente, não estamos habituados a pensar. No glossário inserido no documento, percebe-se serem essas vulnerabilidades tanto pessoas como atividades, recursos ou processos potenciais alvos a explorar por um putativo adversário (Idem, 2017:10 e 32). Uma vez mais não há novidade nenhuma, pois, no campo estratégico, a extensão das ameaças há muito transcendeu as incursões mi-

litares mesmo a alvos não-militares. O que é mais, dada a complexidade da guerra subversiva, deparamo-nos com potenciais cisões nas quais o adversário poder ser o próprio sujeito, não só face aos seus próximos, mas a si mesmo, no mais recôndito dos seus valores e da sua consciência. Outrossim, na guerra subversiva há tendência para as dinâmicas bélicas a nível psicossocial, existencial, vivencial, num sentido global, mimetizarem, parasitando-as, as dinâmicas do tempo de paz. Sendo bem possível, se o conflito durar, que as dinâmicas espaço-temporais da guerra se infiltrem nos últimos compartimentos vivenciais, de outro modo, e noutros conflitos, ainda relativamente estanques ou pouco permeáveis ao poder de dissolução bélico, franqueando assim as derradeiras dimensões incólumes. Maiores vulnerabilidades, numa extensão e intensidade tão ampla, são difíceis de cogitar. E no entanto, já lá vão 60 anos de experiência, com uma doutrina estabilizada e bem calibrada, sem necessidade de conceitos novos, que nem sequer parecem dar conta do requinte e da complexidade tão-somente da guerra subversiva: dos canais perigosamente fluidos que nela se encontram, entre uma tipologia de guerra, na aparência limitada no poder destrutivo e nos efeitos; a guerra total; e, pior ainda, a guerra absoluta enquanto ascensão aos extremos, mas com fachada, à primeira vista, maviosa.

Em terceiro lugar, reconhece-se o primado da informação imperfeita. Mesmo havendo informação fidedigna, não há como prever as maneiras inovadoras como o adversário pode sincronizar as fontes de poder para criar efeitos inesperados (*Idem*, 2017: 10). Contudo, nada disto é novo. Está em causa a liberdade do homem enquanto agente, a contingência e imprevisibilidade da guerra, enfim, as fontes de indeterminação da ação humana, perdoe-se o pleonasma, pois só os homens agem em sentido próprio.<sup>9</sup> Ora, se isto é válido para a ação em geral, por maioria de razão é válido para a guerra, para toda e desde sempre e não só para as ditas guerras híbridas.<sup>10</sup>

Em quarto lugar, o conceito de guerra híbrida permitiria aquilatar melhor das situações de guerra em que a ambiguidade e a criatividade são exploradas para tornar os ataques menos visíveis. Aliás, seria a própria guerra híbrida a explorar isso. Tornando difícil a reação a um ataque de natureza híbrida, porque ficando abaixo de determinados limiares comuns de resposta, incluindo limiares legais internacionais. (*Idem*, 2017: 10). Uma vez mais, não se vislumbra qualquer pertinência adicional do conceito. A guerra subversiva é um caso por excelência de aparências contraditórias, de visibilidade nebulosa intencionalmente provocada, para fazer justiça aos parâmetros dos autores. Mas, em rigor, todas as guerras o são, ou será que os

---

9 Para as fontes de indeterminação da ação, veja-se o clássico MacIntyre (2007: 88 e ss.) Para a distinção do desempenho vital no homem em relação animal ver Ferro (2014: 93-95 e 135-136).

10 Este é já um aspeto nuclear do pensamento de Clausewitz. Veja-se Beyerchen (1992-1993: 59-90).

autores estão apenas a pensar em guerras convencionais, com frentes estacionárias, onde prima a usura, a *Materialschlacht*? Porém, mesmo pensando nas trincheiras da Grande Guerra, na frente ocidental, ou na presumível escassa imaginação dos comandos anglo-americanos após consolidarem a sua presença no território europeu continental após o desembarque na Normandia, em 1944,<sup>11</sup> sabemos como a guerra é dinâmica e as situações se alteram fruto do acaso, da aprendizagem em situação, do engenho e da arte, para além do próprio desgaste, que cria posições estacionárias mas, óbvia e forçosamente, ou não houvesse atrito, também as dissolve. Quanto aos limites legais, pensemos tão-só na frente oriental, na Segunda Guerra Mundial, e no holocausto, que tomou o rumo que tomou muito fruto dos condicionais bélicos e das oportunidades criadas pela guerra. Ou indo mais longe, não é um velho sonho louco do Direito, seja qual for ou tenha sido a guerra, o de regar a guerra por dentro, fazer dela um fenómeno estruturado pela norma, sancionando quem prevarica, domando-a em si, *desbelicizando-a*, se assim se pode dizer? Porque a guerra é o oposto do Direito, por isso é guerra. O “ser” desta começa a ser justamente para além das regras, comprazendo-se nesse para além. Ademais, o sonho do Direito prevê já o enquadramento *a priori* da guerra pressupondo a violência, a violência aceitável, bem entendido. Mas essa, como violência, já suplantou *ab initio* as regras de convivência entre comunidades e precisamente por tal facto se chegou à violência, à violência bélica. Quer isto dizer que a guerra é desde sempre outra coisa que não as regras.

Por fim, referem os autores do documento em causa, a guerra híbrida, mais do que as guerras convencionais, porque mais insidiosa, somos nós a concluir, porque o documento não o expressa de forma aberta, seria difícil de detetar até já ser tarde, até o inimigo ter suficientemente degradado as capacidades defensivas do alvo (*Idem*, 2017: 10). Mais uma vez, e ao leitor ficará, por certo, a sensação que essas vezes parecem não ter conta, nada do defendido comporta novidade. Trata-se do problema recorrente na guerra subversiva com as fases da subversão, inicialmente muito difíceis de detetar porque insidiosas, insinuanes e clandestinas, emergindo no meio da população, e às tantas só se tornando visíveis quando a subversão se instalou com bases firmes. Naquilo que a doutrina portuguesa de contra-subversão, de 1963, note-se, designa como fase 3 de uma guerra subversiva (EME, 1963, vol. I, cap. I-13). Enfim, conjugando todos os cinco pontos esta aproximação à guerra híbrida parece ser mais concentrada, sinérgica, logo menos caótica e espantosa do que a ideada por muitos, como a do já referenciado David Kilcullen. Ainda assim, nada de novo.

---

11 Nesse sentido, ver Kershaw (2012: 103 e ss.) e Hastings (2012: 576 e ss.).

O documento conclui configurar a guerra híbrida uma extensão do campo de batalha, exigindo uma abordagem polemológica e estratégica multinível, como agora se diz (Cullen e Reichborn-Kjennerud, 2017: 26). Contudo, o campo de batalha há muito foi estendido até à exaustão e a abordagem multinível é praticada há não menos tempo. Pode objetar-se ser o cenário hoje mais preocupante. Veremos. O futuro o dirá, se descontarmos as análises presentistas muito em voga de que *agora é que é*, de que cada golo espetacular é o golo do ano, cada pandemia a pandemia do século, cada guerra aquela com efeitos mais transcendentais, cortando o mundo num antes e num depois.

Debrucemo-nos, a finalizar, e muito brevemente, sobre o conceito de ameaça híbrida, avatar da guerra híbrida. acrescenta ele algo de novo ao até aqui mencionado? Infelizmente, também não. O que é uma ameaça híbrida senão uma ameaça variada, difusa, no sentido não ser fácil e canônico definir os seus contornos, em consonância com o conteúdo do sintagma conceptual *guerra híbrida*. Pois bem, para isso já possuímos a estratégia, em especial a estratégia integral, aquela parte central do edifício estratégico que configura a manobra geral do ator político em todos os domínios da hostilidade. Acontece que a estratégia não se esparze apenas em todos os azimutes, ela encarna também a racionalidade social face ao conflito hostil a tempo inteiro. A estratégia recicla os conflitos passados, conduz os conflitos presentes e prepara os conflitos futuros, circunscrevendo, no provisório e no incerto, ameaças potenciais. E para isso basta-nos, sem querer burilar o tema em volta da estratégia como ética do conflito, arte da prudência para além de toda a prudência, cingir-nos à definição do primeiro Abel Cabral Couto, inscrita nos Elementos de Estratégia. Recordemo-la: “ciência e arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objetivos políticos que suscitam, ou podem suscitar, a hostilidade de uma outra vontade política” (Couto, 1988: 209).

O problema com todas estas conceptualizações, e façamos a justiça de reconhecer que nem em todas da mesma forma e com o mesmo grau, é a falta de espessura histórica. Mesmo quando a história aparece, os ingredientes são dela destacados enquanto exemplares ou estudos de caso. Toda a conjuntura de média duração, ou longa duração são apagadas, ressaltando quando muito os contextos históricos imediatos. Constituindo uma superfície sem relevo histórico, acarretando uma leitura de escassa ou nula historicidade. No caso vertente do documento interpretado, esse apagamento ainda é mais flagrante. Estamos diante de um presentismo trôpego, quase infantil pela ausência de espessura temporal.

Em boa verdade, aquilo que visam os conceitos de guerra híbrida e de ameaça híbrida, não é mais de que chegar-se, de forma desajeitada, é certo, à complexidade e sutileza do fenómeno subversivo atrás aludido. Todavia, este já tem 70 anos, com prolegómenos muito anteriores, algumas vezes amalgamados historicamente, fruto

de um outro tipo de presentismo, de natureza retrospectiva.<sup>12</sup> Quando a verdadeira guerra subversiva pressupõe duas condições: em primeiro lugar, a assunção clara de que a guerra não é só uma luta armada, não configurando as restantes modalidades de guerra um patamar ontologicamente inferior e subsidiário; em segundo lugar, a autonomia por inteiro da estratégia da mera conduta da guerra, o mesmo é dizer, não só do período temporal em que ocorre a guerra (a estratégia a tempo inteiro), mas também da fenomenologia da guerra, da gestão das ações bélicas sem mais, contemplando outras formas de hostilidade que ainda não são guerra, como o constrangimento estratégico sobre populações, atos maliciosos de sedução enquanto entrega calculada, ou os atos de edificação, de acolhimento efetivo mas ainda modulado pelo jogo da astúcia, para não falar da pressão para além das regras sobre aliados e neutros no tabuleiro externo. Todas estas últimas ações de hostilidade, embora não de guerra – mas levadas a cabo no seio da guerra e de que esta se usa para reproduzir-se, mimetizando os modos de vida em paz e assim permitindo uma melhor camuflagem e imunização para si mesma, razão de sobra para se espriar e ir ascendendo aos extremos – são fundamentais para a conquista da população, da sua vontade. Embora caiba frisar, havendo guerra, não ser possível conquistar a população, atuar sobre ela em favor dela, no cômputo geral, com grau zero de severidade, sem infligir qualquer dano.

Pois bem, é a complexidade da guerra subversiva, aqui tão-só a florada, que os proponentes da *guerra híbrida* pretendem, estamos em crer, alcançar. Mas para tal não necessitam de todo de um novo conceito tipológico, incapaz de complexificar a razão e de simplificar a natureza à nossa compreensão. Se e quando pretendem coisa distinta e ainda mais sincrética, então, como vimos, a conceptualização torna-se ainda mais ociosa, ademais de cambaleante.

É, pois, suficiente, conclui-se, exercer a razão com um pouco mais de acutilância para verificarmos que o rei vai nu, como se desvanecem todos os alicerces do edifício da guerra híbrida e das ameaças híbridas, construído no ar. Dito de outro modo, em síntese, à primeira vista em contradição com a nudez, basta-nos a expressão popular: o que é de mais está a mais.

---

12 Os prolegómenos históricos à guerra subversiva ainda não são guerra subversiva porque, no essencial, continuam ou a privilegiar a decisão militar, muito por meio das chamadas operações irregulares, ou a querer dominar psicologicamente a população pelo terror, usando principalmente o vetor militar, o caso das pequenas guerras nas colónias durante o século XIX (Callwell, 1996). Quando a guerra subversiva visa a conquista das populações, das suas mentes e corações; isso sim, no seio de uma guerra e tendo como objetivo vencer a guerra, despoletando até outras formas de violência bélica mais subteis. No entanto, o general inglês George Clinton, em 1776, durante a Guerra da Independência dos Estados Unidos, falava já em ganhar os corações e submeter as mentes. A guerra da independência norte-americana, que foi também uma guerra civil, parece configurar um prolegómeno sério, onde se ponderou a violência aceitável para não alienar a população (Hooock, 2021: 104).

## Bibliografia

- Andersson, J. J. e Tardy, T., 2015. Hybrid: what's in a name? *EUISS Brief*, 32, October. European Union Institute for Security Studies, pp. 4. Disponível em: [https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief\\_32\\_Hybrid\\_warfare.pdf](https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Brief_32_Hybrid_warfare.pdf)
- Beyerchen, A., 1992-1993. Clausewitz, Nonlinearity and the Unpredictability of War. *International Security*, 17(3), pp. 59-90.
- Callwell, C. E., 1996. *Small Wars: their principle and practice*, 3rd ed. [1st ed. 1906]. Lincoln Nebs: Bison Books/University of Nebraska Press.
- Clausewitz, Carl von, 1986. *On War* [trad. em inglês]. Princeton: Princeton University Press.
- Couto, A. C., 1988. *Elementos de Estratégia*, Vol. I. Lisboa: IAEM.
- Cullen, P. e Reichborn-Kjennerud, E., 2017. *MCDC Countering Hybrid Warfare Project: understanding hybrid warfare*. Multinational Capability Development Campaign Project, pp. 32.
- Daudet, L., 1918. *La Guerre Totale*. Paris: Nouvelle Librairie Nationale.
- Dourado, M. E., Leite, A. C. e Nobre, F. F., 2020. Guerra Híbrida vs. Gíbridnaya Voyna: os diferentes significados dos conflitos híbridos para o ocidente e para a Rússia. *Revista da Escola de Guerra Naval*, vol. 26, n.º 1, pp. 39-64.
- Duby, G., 2005. *Uma Batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de julho de 1214*. Lisboa: Terramar.
- Duyvesteyn, I. e Worrall, J., 2017. Global Strategic Studies: a manifesto. *Journal of Strategic Studies*, 40(3), pp. 347-357.
- Estado-Maior do Exército (EME), 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*, Vol. I. Lisboa: EME.
- Fernandes, A. H., 2017. *Livro dos Contrastes. Guerra e Política (Homo Strategicus III)*. Porto: Fronteira do Caos.
- Fernandes, A. H., 2021. O que os Estudos Estratégicos São ou Não São: a propósito de um manifesto de Isabelle Duyvesteyn e James Worrall/What Strategic Studies Are and Are Not: about a manifesto by Isabelle Duyvesteyn and James Worrall [artigo bilingue]. *JANUS.NET, e-journal of International Relations*, vol. 12, n.º 1, pp. 168-180.
- Ferro, N., 2015. *Naturalmente Hipócrito. Em constante referencia a Kierkegaard*. Lisboa: Aster.
- García Fitz, F., 2014. Las Navas de Tolosa y el Paradigma Bélico Medieval, in Carlos Estepa Díez e María Antonia Carmona Ruiz, coords., *La Península Ibérica en los Tiempos de las Navas de Tolosa*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, pp. 17-52.
- Guiomar, J.-Y., 2004. *L'Invention de la Guerre Totale. XVIII-XX siècle*. Paris: Félin.
- Hastings, M., 2012. *All Hell Let Loose. The world at war 1939-1945*. Londres: Harper Press.

- Hoffman, F., 2007. *Conflict in 21st Century: the rise of hybrid wars*. Arlington, Va: Potomac Institute of Policy Studies.
- Hoocker, H., 2021. *Las Cicatrices de la Independencia. El violent nacimiento de los Estados Unidos* [trad. espanhola]. Madrid: Deperta Ferro.
- Kamen, H., 2017. *El Gran Duque de Alba. Soldado de la España Imperial* [trad. espanhola], 2.<sup>a</sup> ed. Madrid: Esfera de los Libros.
- Kane, T. e Lonsdale, D., 2012. *Understanding Contemporary Strategy*. Londres: Routledge.
- Kershaw, I., 2012. *Até ao Fim. Destruição e derrota da Alemanha de Hitler 1944-1945*. Alfragide: Dom Quixote.
- Kilcullen, D., 2009. *Accidental Guerrilla. Fighting small wars in the midst of a big one*. Londres: Hurst & Company.
- Levinas, E., 1988. *Totalidade e Infinito*. Lisboa: Edições 70.
- MacIntyre, A., 2007. *After Virtue: a study in moral theory*, third edition. Notre Dame, Ind.: University of Notre Dame Press.
- Poirier, L., 1998. Lire Liddell Hart em Basil Liddell Hart, *Stratégie*. Paris: Perrin, pp. 7-63.
- Santiáñez, N., 2018. *Wittgenstein's Ethics and Modern Warfare*. Waterloo, Ontario: Wilfrid Laurier University Press.
- Stevenson, D., 2005. *1914-1918. The history of the First World War*. Londres: Penguin.
- Telo, A. e Pires, N. L., 2013. *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação (1973-2013)*. Cascais: Tribuna da História.